

O sentido da Expição a partir de epistemologias contemporâneas

The Meaning of the Atonement from Contemporary Epistemologies

 <https://doi.org/10.23925/ua.v26i41.e59833>

Vardilei Ribeiro da Silva¹

Resumo

A Teologia da Expição de Cristo constitui-se para os cristanismos Protestante e Católico Romano uma doutrina solidificada, que encontra na leitura e interpretação dos textos bíblicos a sua fundamentação. A igreja foi desenvolvendo a sua teologia, sobretudo, no período da Patrística, mas também em Santo Anselmo, representante do Escolasticismo. A partir dele, propagandeou-se a imagem de um Deus ofendido em sua honra pelos pecados humanos que requeria uma satisfação, que só poderia ser alcançada pelo próprio Deus, em sua perfeição. Em sua obra: "Por que Deus se fez homem?", Anselmo fundamentou sua tese que seria fonte de reflexão nos anos que se seguiriam, inclusive no período da Reforma Protestante. Os diferentes reformadores, mesmo discordando em alguns pontos, convergem com o pensamento de Anselmo, ao afirmarem de diferentes maneiras a necessidade da morte vicária de Jesus devido os pecados humanos. Geralmente, a Teologia da Expição, conforme o pensamento majoritário, apesar de apontar para o amor divino que vem ao encontro do ser humano e o redime, não deixa de destacar um Deus que não perdoad, sem sacrifícios. Para certos autores, mencionados no artigo, essa imagem de Deus não se coaduna com a imagem do Deus manifesto em Cristo Jesus e ousam repensar e redefinir tal imagem, contribuindo para a decolonização epistemológica da Teologia, especificamente da Teologia da Expição. Para a Ciência da Religião, a reflexão dessa temática é pertinente, pois diz respeito a um dos temas estruturantes na Teologia cristã.

Palavras chaves: Teologia da Expição, satisfação, redenção, solidariedade, amor.

1 Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Doutorando em Ciências da Religião pela UMEP,  0000-0003-0263-9417, vardilei.ribeiro@terra.com.br.com.

Abstract

The Theology of the Atonement of Christ constitutes for Protestant and Roman Catholic Christianity a solidified doctrine, which finds its foundation in the reading and interpretation of biblical texts. The church developed its theology, especially in the Patristic period, but also in Saint Anselm, representative of Scholasticism. From it, the image of a God offended in his honor by human sins that required satisfaction, which could only be achieved by God himself, in his perfection, was propagated. In his work: "Why did God become man?" Anselmo based his thesis that would be a source of reflection in the years that would follow, including the period of the Protestant Reformation. The different reformers, despite disagreeing with Anselm on some points, converge with his thinking by affirming in diverse ways the need for Jesus' vicarious death due to human sins. In general, the Theology of Atonement, according to the majority thought, despite pointing to the Divine love that comes to meet the human being and redeems him, does not fail to highlight a God who does not forgive, without sacrifices. For authors such as Leonardo Boff, Franz Himkelammert, Andrés Torres Queiruga, this image of God is not consistent with the image of the God manifest in Christ Jesus and, therefore, they dare to rethink and redefine such image, contributing to the epistemological decolonization of Theology and specifically of Theology of the Atonement. From the point of view of the Sciences of Religion, the reflection on this theme is relevant, as it concerns one of the structuring themes in Christian Theology.

Keywords: Theology of Atonement, satisfaction, redemption, solidarity, love.

Introdução

A reflexão a respeito da Teologia da Expição remonta ao período veterotestamentário, a partir de onde se fundamenta a morte de Cristo, como transposição dos ritos sacrificiais que tinham por objetivo o perdão dos pecados do povo. Essa transposição se percebe de maneira mais evidente no livro de Hebreus, no qual Jesus é descrito como o sacrifício perfeito e definitivo (Hb 10.10). A despeito da interpretação que a igreja primitiva apresentou para a morte de Cristo, elaborações continuaram sendo feitas, sobretudo, no período reconhecido como Patrística, quando os pais da igreja se puseram a refletir de maneira mais intensa sobre os motivos que levaram a morte de Cristo e suas implicações.

Como veremos no presente artigo, de modo geral, inicialmente para os pais da igreja, a morte de Cristo se tornou necessária para resgatar a humanidade do jugo do pecado, pagando a dívida necessária ao Diabo. Em Anselmo de Cantuária, representante da Teologia Escolástica, a dívida passou a ser paga ao próprio Deus, nesse sentido, a morte de Jesus se tornou necessária para aplacar a ira de Deus devido aos pecados humanos. Por essa perspectiva, a morte de Jesus teria sido redentiva, expiatória, satisfatória e substitutiva.

Repensar a Teologia da Expição é sempre um desafio, pois implica no questionamento de uma teologia já sedimentada e sobre a qual poucos estão dispostos a abrirem-se para releituras e reinterpretações possíveis. Do ponto de vista da Ciência da Religião, esse revistar se mostra pertinente, não apenas por lembrar postulados antigos, mas também por colocar tais postulados sob o crivo da realidade contemporânea, em que a decolonização do saber ganha forças em tantas áreas do conhecimento humano, inclusive, no que diz respeito ao saber teológico eurocentrado. Se é possível repensar a Teologia da Expição, novos pressupostos podem incidir na maneira como as pessoas que fazem parte das mais variadas comunidades eclesiais (e que repetem o discurso hegemônico sobre a expiação), vivenciam e testemunham a fé no contexto em que vivem a partir de uma nova lógica da teologia em questão.

Dentre os teóricos da decolonização, mencionamos Catherine Walsh ao destacar que decolonizar equivale a “provocar um posicionamento – uma postura e atitude contínuas – de transgredir, insurgir e incidir” (WALSH, 2009, p. 14-15). O decolonizar, entretanto, não

pretende ser negação intransigente e gratuita de tudo quanto já foi dito, mas reflexão sobre a permanência e pertinência do que foi dito em contexto diverso da América Latina, contexto esse, em que o solo da vida impulsiona à reflexão da fé.

Nesse sentido, autores como Leonardo Boff, René Girard, Franz Himkelammert e Andrés Torres Queiruga, ainda que não sejam teóricos decoloniais, apresentam-se como vozes que destoam da teologia tradicional no que diz respeito à Expição. Vozes destoantes e, talvez por isso mesmo, apesar das reflexões que remontam o século passado, pouco ouvidas e consideradas nos espaços religiosos nos quais a Teologia da Expição permanece imexível e inflexível, conforme os postulados escolásticos e a Reforma Protestante.

A partir das contribuições de alguns teóricos, mas especialmente dos que foram mencionados anteriormente, apresentamos, no presente texto, análise sobre as questões conjunturais que ocasionaram a morte de Jesus, bem como reflexões contemporâneas e não eurocentradas sobre a Teologia da Expição para intuirmos, em termos de considerações finais, implicações que as reflexões supracitadas sobre a expiação podem acarretar para a vivência da fé na atualidade.

1 A morte de Jesus sob o ponto de vista religioso, sociopolítico e antropológico

A morte por intermédio da crucificação se constituía como um *modus operandi* do Império Romano para silenciar rebeldes e opositores. Em termos bem coloquiais, a crucificação se estabelecia na *máquina de matar do império*, máquina por meio da qual a *pax romana* era propagandeada, estabelecida e fortalecida. Dentre as mais variadas personagens que se tornaram vítimas da crucificação, Jesus, o Nazareno, é figura emblemática, pois os sentidos para a sua morte são alvos de reflexão nas mais diferentes áreas do conhecimento humano, sobretudo, na teologia.

Para além do sentido ou sentidos teológicos que se podem extrair da morte de Jesus, nos deteremos inicialmente em seus aspectos religiosos, sociopolíticos e antropológicos. Reconhecemos que há, em nosso contexto, ampla pesquisa sobre a “implicação” da morte

de Jesus, porque a despeito dos aspectos mencionados anteriormente para o campo da Teologia o que realmente importa é a soteriologia intrinsecamente relacionada à morte. Nesse sentido, pouco se reflete sobre as motivações conjunturais para a crucificação e a morte decorrente dela. Reconhecendo tais limitações, julgamos pertinentes e oportunas as reflexões de dois teóricos quanto a essa questão, a saber: Leonardo Boff e René Girard, o primeiro teólogo e o segundo antropólogo e filósofo.

1.1 Aspectos religiosos e sociopolíticos da morte de Jesus: considerações de Leonardo Boff

Conforme proposições de Leonardo Boff, os motivos objetivos que ocasionaram a morte de Jesus podem ser analisados sob diferentes aspectos. Em *Jesus Cristo Libertador*, Boff destaca os cinco motivos que em sua perspectiva acabaram por provocar a morte de Jesus e, dentre os destacados, não se inclui a morte como sacrifício expiatório, resgate ou satisfação substitutiva, conceitos que não são ignorados por Boff e para os quais ele também apresenta análise interessante, ainda que discrepante da perspectiva tradicional, como veremos posteriormente. Na obra supracitada, para Boff, o sentido da morte de Jesus poderia ser percebido, por exemplo, em sua popularidade que ameaçava os *status quo* das coisas no seu tempo.

Apavorados dizem: "se deixarmos assim, todos crerão nele. Virão os romanos, destruirão nosso lugar santo e a nossa nação" (Jo 11, 48). Na verdade, todos temiam por suas posições de força e de privilégio, principalmente os que exploravam os negócios do templo, vendendo animais sacrificiais como a família e a casa de Anás (BOFF, 2012, p. 102).

O temor demonstrado pelos religiosos e destacado por Boff se torna evidente na narrativa bíblica joanina, ao destacar o desfecho das elocubrações de Caifás perante o

Sinédrio: “você não sabem nada. Nem entendem que é melhor para vocês que morra um só homem pelo povo e que não venha a perecer toda a nação” (Jo 11. 49-50). Outro sentido destacado por Boff, para a morte de Jesus, era o desconcerto que ele causava diante das situações concretas da vida, quando por exemplo ensinava “sem ter sido ordenado rabino (Mc 6,2; Jo 7,15)” (BOFF, 2012, 103), ou quando, dentre tantos outros motivos explicitados pelo autor, ele “falava com Deus e de Deus, em palavras e gestos tidos por blasfêmia” (BOFF, 2012, 103). Para Boff, Jesus era também alguém que provocava constantes crises em seus ouvintes. Essas crises se evidenciavam por meio da perplexidade que a sua pregação e suas curas deliberadas aos pretensos esquecidos de Deus causava nos religiosos. Para Boff, “a atuação de Jesus produz uma crise nos ouvintes. Crise significa decisão e julgamento. Eles deveriam decidir-se pró ou contra Cristo” (BOFF, 2012, 103).

Ao discorrer sobre o tema da crise, José Comblin corrobora com o pensamento de Boff, aponta que a crise coloca o ser humano diante de escolhas inevitáveis e inadiáveis. Ele diz:

A palavra *Krisis* significa julgamento, mas o sentido bíblico é um pouco diferente do nosso. O que Deus quer não é entrar em julgamento diante de um tribunal - não há outro tribunal a não ser ele próprio -, mas que os conflitos latentes se definam; quer colocar o mundo na obrigação de aceitar sua misericórdia ou de rejeitá-la; quer provocar uma crise, uma separação definitiva (COMBLIN, 2010, p. 82-83).

A ostensiva revolta dos religiosos contra Jesus também figura dentre os sentidos para a sua morte, pois aqueles desejavam de todo modo desacreditá-lo diante do povo ou mesmo incriminá-lo legalmente mediante as diversas tentativas de ciladas promovidas por grupos que divergiam entre si, mas que se uniram em prol de uma causa maior, derrotar Jesus. O grande problema é que “Jesus se tornou um perigo para a ordem estabelecida. Por isso, por todos os modos, procura-se enquadrá-lo dentro de um estatuto legal para motivar sua prisão e um processo” (BOFF, 2012, p. 105).

Por fim, na perspectiva de Boff, Jesus foi condenado como blasfemo e guerrilheiro, isso, porque a essa conclusão chegaram Anás e Caifás durante o demorado e humilhante interrogatório. Estes, “com refinada tática diabólica, as acusações de ordem religiosa são

transformadas em difamações de ordem política” (BOFF, 2012, p. 110).

Como afirmado anteriormente, Boff não deixa evidente a expiação como um dos sentidos para a morte de Jesus. Em textos como o de Mc 10,45 em que se evidencia o sentido soteriológico e expiatório da morte de Jesus, Boff argumenta que parte da narrativa pode ter sido colocada “na boca de Jesus pela comunidade, pois seu paralelo em Lucas não possui caráter soteriológico: ‘eu estou no meio de vós como quem serve’” (Lc 22,27)” (BOFF, 2012, p. 116).

A morte violenta sofrida por Jesus pode, portanto, encontrar sua causa ou sentido, em sua inarredável vontade de viver a vontade de Deus e não na vontade objetiva de expiar os pecados, pelo menos não de forma substitutiva, como muito se propaga na reflexão teológica hegemônica. Nesse sentido, para Boff “Cristo aceita a morte injusta infligida pelo ódio dos homens como a verdadeira vontade do Pai” (BOFF, 2012, p. 118), neste caso, obviamente, não se trata de vontade punitiva, mas sim de perceber a fidelidade de Jesus em anunciar a inauguração do Reino, até as últimas consequências, inclusive a morte.

O reino de Deus anunciado por e inaugurado em Jesus se percebe no amor que ama até o fim, conforme Jo 13,1, constitui-se uma denúncia à revolta distópica daqueles que deveriam se alegrar com a chegada do reino. Foram a estes que Pedro se dirigiu cheio do Espírito Santo denunciando a morte como consequência da crise e da incredulidade, “tomai conhecimento, vós todos e todo o povo de Israel, de que, em nome de Jesus Cristo, o Nazareno, **a quem vós crucificastes**, e a quem **Deus ressuscitou** dentre os mortos, sim, em seu nome é que este está curado perante vós” (At 4, 10 – grifo nosso). Diante disso, destaque finalmente o sentido universal da morte de Cristo, explicitado por Boff:

O sentido universal da vida e morte de Cristo está, pois, em que suportou até o fim o conflito fundamental da existência humana: de querer realizar o sentido absoluto deste mundo diante de Deus, a despeito do ódio, da incompreensão, da traição e da condenação à morte (BOFF, 2012, p. 120-121).

Em *Jesus Cristo Libertador*, as considerações de Boff a respeito da morte de Jesus, foca-se no aspecto sociopolítico e religioso. No que diz respeito a este último, as

teologias da expiação não são consideradas. Tal aspecto ainda será analisado de forma pormenorizada em outra obra do autor. A seguir, apresentamos as considerações girardianas que se coadunam às de Boff, tais considerações se apresentam pertinentes pois Girard se apresenta na contemporaneidade como reconhecida autoridade da antropologia, que consegue estabelecer diálogo profícuo com a teologia.

1.2 Aspectos antropológicos da morte de Jesus: considerações de René Girard

René Girard atribui à morte de Jesus, um movimento mimético violento que envolveu as mais diferentes pessoas e instâncias da sociedade que participaram do seu julgamento. Em sua teoria mimética, ele afirma que o ser humano, naturalmente deseja o que o outro, modelo mimético, deseja. Esse, por sua vez, ao se dar conta do desejo alheio sobre o seu objeto passa a atribuir maior valor à posse, impedindo que o desejeante se apodere do que é seu. Nesse cenário triangular, explicitado pelo desejeante, modelo e objeto, estabelece-se o conflito mimético.

Esse conflito mimético se constituiria na ruína de qualquer sociedade, caso não fosse o ímpeto do desejo contido pela norma. Girard exemplifica esse conflito e o meio para contê-lo por meio do valor que atribui ao décimo mandamento do decálogo:

Ao lermos o décimo mandamento, temos a impressão de assistir ao processo intelectual de sua elaboração. Para impedir que os homens lutem entre si, o legislador busca, em primeiro lugar proibir-lhes todos os objetos que eles incessantemente disputam, e decide elaborar a lista. No entanto, logo percebe que esses objetos são excessivamente numerosos e que sua enumeração é impossível. Assim, interrompe o procedimento, renuncia a colocar a ênfase nos objetos, sempre mutantes, e volta-se para aquilo, ou melhor, para aquele que está sempre: o próximo, o vizinho, aquele cujos bens, é claro, que todos nós desejamos (GIRARD, 2012, p. 28).

O desejo pelo que é do outro é invariável, justamente porque o desejo do outro muda. Logo, o caminho do legislador para conter a violência mimética é a norma. Entretanto, a despeito das normas, as rivalidades continuam até que os antagonistas elejam uma vítima contra qual todos se voltam para minimizar a violência provocada pelo mimetismo, culpabilizando-a pelo ciclo de violência, encontra-se assim, conforme proposições girardianas, o bode expiatório.

De início os escândalos parecem rígidos, imutavelmente fixados ao mesmo antagonista, como se os antagonistas estivessem para sempre separados uns dos outros pelo ódio recíproco, mas nos estágios avançados dessa evolução ocorrem substituições, trocas de antagonistas. Os escândalos tornam-se “oportunistas”. Eles se deixam fascinar facilmente por outro escândalo cujo poder de atração mimética seja superior ao deles. Em suma, os escândalos desviam-se de seu adversário inicial, dos quais pareciam inseparáveis, para adotar o escândalo de seus vizinhos. O que determina o poder de atração dos escândalos é o número e o prestígio daqueles que eles conseguem escandalizar (GIRARD, 2012, p. 46).

É a partir desta transposição mimética por um escândalo maior que unifica os antagonistas que Girard percebe todo o processo e morte de Jesus. Esse mimetismo escandaloso não poupa sequer a Pedro, o discípulo que sinceramente se compromete com Jesus, mas que no momento crucial se rende ao mimetismo que se apoderou de todos, inclusive da população que admirava o Cristo enquanto adentrava por Jerusalém. Pilatos, que detinha o poder de barrar o ciclo mimético de todos contra uma única vítima, não o fez porque de igual modo se sentiu acuado pelo sentimento do povo e temia opor-se a ele (GIRARD, 2012, p. 41-43). Jesus tornou-se inimigo comum dos religiosos, do povo, do império, não porque fosse culpado, mas porque o seu estilo de vida se converteu em escândalo para tantos que ao invés de imitá-lo optaram por crucificá-lo.

2 Teologia da expiação: desconstrução de modelos e alternativas possíveis

Uma vez refletido alguns aspectos conjunturais que determinaram a morte de Jesus, nos determos nos aspectos teológicos que enunciam a sua morte como sacrificial e

expiatória. Para essa reflexão nos valem de igual modo da contribuição de Leonardo Boff, pois como teólogo ele nos abre possibilidades de novos paradigmas teológicos para a morte de Cristo. As considerações de Boff, apesar de pertinentes, são no contexto Latino-Americano relegadas ao âmbito acadêmico, mas ainda assim, em meios bem circunscritos, tendo em vista a preferência no campo da teologia, pelo modelo apresentado, sobretudo, em Santo Anselmo, que logrou êxito na reflexão teológica, tanto na Igreja Católica Romana, como no Protestantismo de modo geral.

No protestantismo, em especial, pode-se dizer que dentre os nomes mais notáveis como Martinho Lutero, Ulrico Zuínglio, João Calvino e Karl Barth, a reflexão sobre a Teologia da Expição encontra ressonância com o pensamento de Anselmo de Cantuária, ainda que diverjam ou reformulem alguns pressupostos da sua teologia. Termos comuns em Anselmo como “satisfação, teoria penal, expiação, redenção, substituição” (MCKIM, 1998, p. 99-109) aparecem nos escritos dos referidos teólogos e endossam a necessidade da morte vicária de Cristo para salvação humana, ainda que de modo especial, em Calvino e Barth, a expiação de Cristo deva ser considerada na totalidade de sua vida, desde a encarnação até a ressurreição. Para Calvino, “desde o momento em que assumiu a forma de servo, para nos redimir, ele começou a pagar o preço da libertação” (MCKIM, 1998, p.101) e para Barth “na totalidade de sua obra, Jesus Cristo é o mediador. Somente ele é o que cumpre o papel de mediador, mas ele o cumpre de maneira completa” (MCKIM, 1998, p. 109).

A Teologia Reformada vem pensando rumos para a reflexão de sua Teologia da Expição que não ignore a realidade pecaminosa do ser humano, tão explicitada em Anselmo, mas que por outro lado, não condicione a expiação apenas ao ato cruento da cruz. Nesse sentido, a teóloga Leanne Van Dik, pesquisadora da Teologia da Expição, aponta o pensamento de John McLeod Campbell como via média, ao propor “que o caminho mediante o qual Cristo expia a culpa da humanidade e aplaca a ira de Deus é o de apresentar uma perfeita confissão do pecado da humanidade” (DIK, 2021, p. 266). O pensamento de Campbell é exposto por Dik nos seguintes termos:

Aquela unidade de mente com o Pai, que assumiu a forma de condenação do

pecado em relação ao homem, iria assumir a forma de uma perfeita confissão dos nossos pecados, na relação do Filho com o Pai. Esta confissão, por sua própria natureza, deve ter sido um perfeito Amém, em humanidade, ao julgamento de Deus sobre os pecados do homem (CAMPBELL apud DIK, 2021, p. 266).

Apesar de menor ênfase na cruz como ato expiatório, o pensamento de Campbell converge ao de Anselmo e por conseguinte ao pensamento majoritário na Teologia Reformada, ao destacar que somente por meio da confissão perfeita de Cristo a expiação do pecado humano é possível.

Essa consonância com o pensamento de Anselmo também se expressa nos documentos da Igreja Católica Apostólica Romana, como por exemplo em seu catecismo. Nele é dito:

É o «amor até ao fim» (497) que confere ao sacrifício de Cristo o valor de redenção e reparação, de expiação e satisfação. Ele conheceu-nos e amou-nos a todos no oferecimento da sua vida (498). «O amor de Cristo nos pressiona, ao pensarmos que um só morreu por todos e que todos, portanto, morreram» (2 Cor 5, 14). Nenhum homem, ainda que fosse o mais santo, estava em condições de tornar sobre si os pecados de todos os homens e de se oferecer em sacrifício por todos. A existência, em Cristo, da pessoa divina do Filho, que ultrapassa e ao mesmo tempo abrange todas as pessoas humanas e O constitui cabeça de toda a humanidade, é que torna possível o seu sacrifício redentor por todos (VATICANO, [s.d.]).

Em contraponto ao pensamento hegemônico, não apenas as considerações de Boff se apresentam pertinentes, mas também de outros teóricos como Franz Hinkelammert e Andrés Torres Queiruga que apresentam importantes contribuições a serem exploradas, pois julgamos que estes, juntos a Boff, nos apresentam pistas para decolonização do pensamento no que diz respeito à Teologia da Expição.

2.1 Limites e permanências das representações salvíficas: ponderações de Leonardo Boff

Como afirmado anteriormente, Boff não ignora o aspecto expiatório da morte de Jesus, pelo contrário, o conceito de expiação perpassa a sua reflexão não apenas sobre a morte, mas toda a vida de Cristo, por isso mesmo, sua análise se apresenta mais abrangente e em perspectiva decolonial.

Em seu texto, *Paixão de Cristo, Paixão do mundo*, escrito na década de 1970, Boff desconhece a terminologia decolonial ou descolonial², mas aponta para o sentido mais profundo desses termos ao se debruçar sobre a temática da expiação, conceito já sedimentado na Instituição Cristã desde as reflexões teológicas de Santo Anselmo. Ao discorrer sobre sua compreensão da dimensão expiatória da morte de Cristo, Boff se vale do termo desconstrução:

Trata-se de submeter à análise crítica três representações comuns da ação salvífica de Cristo, **do sacrifício, da redenção e da satisfação**. Falamos em desconstrução e não em destruição. Os três elementos referidos são construções teológicas com o fito de apreender, dentro de um determinado tempo e espaço cultural, o significado salvífico de Jesus Cristo. Desconstruir significa ver a casa através de sua planta de construção, refazer o processo de construção, mostrando a temporalidade e eventualmente a caducidade do material representativo e revelando o valor permanente de seu significado e de sua intenção (BOFF, 1977, p. 109-110 – grifo nosso).

Na desconstrução, Boff descoloniza o saber sedimentado e abre novas possibilidades para a compreensão de algo tão caro para a fé cristã. Nessa desconstrução,

2 Entre o decolonial e o descolonial há mais que um "s". Catherine Walsh indica que a ideia da decolonialidade envolve um "caminho de luta contínua no qual podemos identificar, visibilizar e incentivar "lugares" de exterioridade e construções alternativas" (2009, p. 14-15), caminho esse que não está focado somente em reverter o colonial, mas em "provocar um posicionamento – uma postura e atitude contínua – de transgredir, intervir, insurgir e incidir" (WALSH, 2009, p. 14-15) (FRANCO & PANOTTO, 2022, p. 35).

Boff questiona se devemos mesmo continuar imaginando Deus como o imaginava Anselmo em seu contexto sociológico tão impregnado da lógica vindicativa, que fazia prevalecer, portanto, a “imagem de um Deus cruel, sanguinário e vindicativo” (BOFF, 1977, p. 121).

Inicialmente Boff discorre sobre os limites e permanências da representação do modelo sacrificial expiatório especialmente explicitado na Epístola de Hebreus, em que se aplica a lógica ritual dos sacrifícios imperfeitos feitos pelos seres humanos ao sacrifício perfeito, portanto, definitivamente por Cristo. Quanto aos limites, ele afirma:

Até o tempo em que havia uma base sociologia para os sacrifícios cruentos e expiatórios, como na cultura romana e judaica, esse modelo era perfeitamente compreensível. Com o desaparecimento da experiência real, ele começou a ser problemático e a exigir um processo de desconstrução e de reinterpretção. Jesus mesmo, ligando-se à tradição profética, coloca a insistência não em sacrifícios e holocaustos (Cf. Mc 7,7; 12,33; Hb 10, 5-8), mas na misericórdia e bondade, justiça e humildade. Deus não quer coisas dos homens. Ele quer os homens simplesmente: seu coração e amor (BOFF, 1977, p. 116).

Em outros termos, Deus espera obediência e não sacrifícios. Para Limbeck, em perspectiva bíblica, obediência é termo imbrincado a ouvir e de maneira pedagógica ele exemplifica: “quando, por exemplo, um chefe espera de seus subordinados que eles o ouçam, em última instância o que ele está esperando é que eles façam em seguida o que ele está dizendo” (LIMBECK, 2016, p. 125).

A exemplificação dada por Limbeck nos faz refletir a partir da desconstrução de Boff, no sacrifício como doação voluntária e não como imposição de um deus sádico. Como sentido do viver para Deus e nele para o outro, pois “abrir-se para Ele e entregar-se filialmente: nisso consiste o verdadeiro sacrifício. Cada qual é sacrifício na medida em que se autodoa e acolhe a mortalidade da vida, se sacrifica, se desgasta, empenha sua existência, seu tempo e suas energias para gerar uma vida mais libertada para o outro e para Deus” (BOFF, 1977, p. 116).

A permanência da representação sacrificial se estabelece para Boff em todo o ser

de Jesus e não apenas em sua morte, pois parafraseando Agostinho ele afirma que “sem atitude interior sacrificial torna-se vazio o sacrifício exterior (BOFF, 1977, p. 117), nesse sentido, a respeito de Jesus, Boff afirma:

Ele teria sido sacrifício mesmo que não tivesse sido imolado, nem tivesse sido derramado sangue. Não é nisso que consiste o sacrifício. Mas na doação total da vida e da morte. Essa doação pode assumir, historicamente, o aspecto de morte violenta e de derramamento de sangue. Mas não é o sangue em si, nem a morte violenta em si que constituem o sacrifício. Eles são figurativos do sacrifício interior como projeto de vida em total disponibilidade a Deus e em entrega irrestrita ao desígnio do mistério. [...] Jesus Cristo realizou isso e convida os homens, com os quais é ontologicamente solidário, a fazerem o mesmo. Na medida desta realização é que somos salvos (BOFF, 1977, p. 117-118).

Quanto ao modelo de redenção e de resgate, Boff recorda que o conceito está analogamente relacionado a escravatura antiga, quando determinado preço era pago “para alforriar um escravo: era o resgate” (BOFF, 1977, p. 118). *Mutatis mutandis* aplicado a Cristo como resgatador e ao ser humano como resgatado do domínio de Satanás, “a morte de Cristo foi o preço que Deus exigiu e que foi pago para resgatar os homens prisioneiros de Satanás” (BOFF, 1977, p. 118). Os limites dessa representação encontram-se, para Boff, no fato de que a salvação não pode ser percebida em termos de um drama supra histórico onde o ser humano permanece inativo enquanto tratativas ocorrem entre Deus e o demônio.

Antes, ainda que ambígua, em sua liberdade o ser humano participa ativamente no processo emancipatório do seu ser (BOFF, 1977, p. 119). Por outro lado, a permanência dessa representação se explicita na escravização a que a humanidade está submetida diante dos sistemas opressores, sendo ela própria a personificação deste sistema que desumaniza. Cristo nos apresenta o caminho para confiança na libertação, pois “Cristo não disse: Eu sou a ordem estabelecida e a tradição, mas eu sou a Verdade! Em nome desta Verdade soube morrer e libertar os homens para não mais temerem a morte porque Ele a venceu pela ressurreição” (BOFF, 1977, p. 120).

Por fim, Boff destaca o modelo da satisfação substitutiva, que traz em sua essência um conceito “emprestado do direito romano – *satisfactio* – para exprimir a ação redentora de Cristo (BOFF, 1977, p. 120). Esse modelo foi, conforme Boff, introduzido por Tertuliano, aprofundado em Agostinho e encontrou em Anselmo sua formulação clássica no livro *Cur Deus homo? Conforme Boff, a preocupação de Anselmo residia em:*

Encontrar uma razão necessária para a encarnação de Deus e que fosse suficiente também para o infiel. Assim argumenta o teólogo Anselmo: pelo pecado o homem violou a reta ordem da criação. Com isso ofendeu a Deus, autor deste ordo universalis. Justiça divina exige que a ordem seja sanada e reparada, requer necessariamente uma satisfação condigna. A ofensa é infinita porque afetou Deus que é infinito. A satisfação deve ser igualmente infinita (BOFF, 1977, p. 120).

Corroborando com a perspectiva de Boff, Franz Himkelammert afirma que “com Anselmo de Canterbury aparece um Deus que cobra a dívida sem misericórdia. Há um jogo de inversões entre a visão patrística e a visão de Anselmo” (HIMKELAMMERT, 1991, p. 76).

Para Boff, o modo como Anselmo pensa Deus tem pouco a ver com o Deus apresentado por Jesus. Há também a crítica de que em última instância, nessa representação o que realmente importa é a morte, e pouco a encarnação e vida ministerial de Jesus, ou seja, sua vida pode ser um vácuo, desde que objetivamente Ele morra para aplacar a ira de Deus. Os limites dessa representação são apresentados em forma de questionamentos:

É esse o Deus que aprendemos a amar e a confiar da experiência de Jesus Cristo? É ainda o Deus do filho pródigo que sabe perdoar? O Deus da ovelha perdida que deixa as noventa e nove no aprisco e sai pelos descampados a procurar a única perdida? Se Deus encontra a morte tão bela, por que proibiu matar (Ex 20,13; Gn 9,6)? Como pode o Deus que proibiu até irar-se (Mt 5,21) ser Ele mesmo irado (BOFF, 1977, p. 121).

Por outro lado, o valor permanente dessa representação está para Boff na “dimensão

ontológica que, desenvolvida, se mostra adequada para traduzir a salvação lograda por Jesus Cristo” (1977, p. 122). O seu desenvolvimento consiste em reconhecer o drama da existência que invade o ser humano que não consegue se plenificar como ser, não se satisfaz em sua humanidade. Entretanto, “Cristo foi aquele a quem Deus concedeu abrir-se de tal maneira ao Absoluto que pode identificar-se com Ele. [...] Só ele pode satisfazer as exigências da abertura ontológica do homem” (BOFF, 1977, p. 122).

E “Cristo Salvador nos provoca a realizarmos aquilo que Ele realizou. Só somos redimidos e satisfeitos na medida em que estamos no empenho da satisfação de nossa vocação humana fundamental” (BOFF, 1977, p. 123). Em síntese, os limites e as permanências apresentados por Boff para os diferentes modelos de expiação desembocam numa soteriologia solidária, destacando a solidariedade de Cristo para com todos os seres humanos, salvando-os, libertando-os. Por isso ele conclui:

É aqui que reside o sentido secreto e profundo de sua Ressurreição. Cristo, já chegado ao termo final, toca pela raiz do ser todos os homens, mesmo que esses nem tenham consciência disso ou até rejeitem a proclamação desta boa notícia. Ao tocá-los pela solidariedade na mesma humanidade abre-lhes a possibilidade da redenção e da libertação, anima-os na arrancada de todos os exílios e ativa as forças que vão sacudindo toda a sorte de servidões (BOFF, 1977, p. 125).

Além da reflexão de Leonardo Boff, sobre a Teologia da Expiação, julgamos pertinentes as reflexões de Andrés Torres Queiruga e Franz Himkelammert, o primeiro por ser um pensador Latino-Americano, o segundo, pelas importantes contribuições à reflexão a partir da América Latina, sendo ele próprio um europeu que não se deteve a epistemologia eurocentrada.

2.2 Ponderações de Himkelammert e Queiruga sobre a expiação

Franz Himkelammert é economista e teólogo, como tal, ele elabora o seu pensamento buscando convergir essas diferentes áreas, o que faz com que a temática do sacrifício

e da teologia sacrificial seja de particular interesse, tendo em vista a política sacrificial tão presente na economia neoliberal. Sua reflexão sobre a morte de Cristo toma como ponto de partida a sua compreensão a respeito da dívida na Teologia Cristã e é a partir dessa compreensão que ele relaciona economia e teologia. A despeito dessa correlação pertinente que o autor estabelece entre economia e teologia, nos focaremos em seu aspecto puramente teológico.

O ponto de partida que Himkelammert propõe para a reflexão da dívida em perspectiva teológica é a oração do pai-nosso. Nessa oração, argumenta Himkelammert que o perdão das dívidas constitui o eixo da mensagem de Jesus. Na oração, tanto conforme descrita em Mt 6. 12 como em Lc 11.4, “trata-se de dívidas impagáveis. A dívida pagável, obviamente não implica este problema. Quando a dívida é entre iguais, pagar a dívida é o comportamento que corresponde” (HIMKELAMMERT, 1991, p. 64). O referido autor argumenta ainda sobre a importância do perdão da dívida impagável apontando para outros textos bíblicos (Mt 18. 23-34/Lc 4.19), que acentuam a intenção de Jesus em anunciar uma relação paradoxal e libertadora entre os seres humanos e Deus e entre eles próprios.

O caráter libertador da mensagem de Jesus está na abertura de Deus para com os seres humanos, perdoando-lhes as dívidas e os pecados e abrindo espaço para que essa mesma dinâmica de gratuidade seja experimentada entre o Eu e o Outro. Em outros termos, as dívidas que escravizam devem ser mutuamente perdoadas por Deus e pelos seres humanos. Assim:

[...] nesta teologia da reconciliação do homem com Deus temos ao mesmo tempo uma reconciliação de Deus consigo mesmo. Deus volta a ter uma liberdade perdida quando o homem volta ser livre. Liberdade e cobrança de dívidas, **liberdade e lei**, liberdade e dinheiro, liberdade e Mammon se contradizem. Esta é a mensagem de liberdade de Jesus. Cristão é perdoar dívidas. Cristão é ser livre. E Deus é um cristão (HIMKELAMMERT, 1991, p. 66 – grifo nosso).

A oposição que se percebe no binômio *liberdade e lei*, por exemplo, se evidencia a partir da lógica do perdão explicitado na oração do pai-nosso, pois “todo sistema legal declarará: justo é o homem que paga as dívidas. Todavia, na oração do pai-nosso se sustenta que o problema do pecado não é a violação de nenhuma lei, mas está em seu cumprimento. O pecado se comete cumprindo a lei” (HIMKELAMMERT, 1991, p. 68). Essa lei que nos obriga a cobrar o impagável nos faz devedores eternos, por não entendermos ou não nos abriremos para o perdão inaugurado por Deus. Para Himkelammert:

O devedor confrontado com uma dívida impagável é vítima, e a vida da vítima é o critério de discernimento da lei. Essa é a importância do amor ao próximo. No cumprimento da lei se viola o amor ao próximo, mas este está acima da lei. É o critério de discernimento da lei que põe a validade de toda a lei constantemente entre parênteses (1991, p.71).

Para Himkelammert, é no cumprimento da lei que o pecado ganha força e “pela lei o demônio tem poder. Pode enganar mediante este espelho da justiça que é o cumprimento da lei” (1991, p. 73). É a partir desse poder demoníaco imposto pela lei que, na perspectiva de Himkelammert, Paulo estabelece a relação entre a Teologia Sacrificial e a lei. Nesse sentido ele afirma:

A partir disso, São Paulo interpreta a morte de Jesus como um sacrifício exigido pelo demônio. O Sangue de Jesus é o preço pago ao demônio para libertar o homem com respeito à lei. É um resgate de um poder que sequestrou o homem. E este demônio não perdoa a dívida. É preciso pagá-la, e Jesus a paga. Esta cobrança é injusta, mas, uma vez pago, o demônio perde o seu poder. O homem é livre diante da lei, e a pode submeter as exigências de sua vida, ao amor do próximo. Agora pode perdoar as dívidas, porque é livre (HIMKELAMMERT, 1991, p. 74).

Himkelammert destaca que a lógica sacrificial desenvolvida por Paulo e que prevaleceu durante o período da Patrística foi sendo gradativamente transformada e sedimentou-se na teologia de Anselmo como sacrifício expiatório, substitutivo e satisfatório

como já explicitado nas elocubrações de Boff. Para Himkelammert, estamos diante de duas Teologias da Dívida, uma que considera dívidas impagáveis como dívidas perdoáveis, pois “não se deve o que não se pode” (1991, p. 104), e outra que considera a necessidade de pagamento de qualquer dívida, inclusive a impagável que deve, pela força da lei, ser paga com a vida do devedor.

Na perspectiva do autor, mediante as duas teologias, encontramos-nos como que em uma bifurcação que direciona para caminhos diferentes, não possuímos respostas plenamente objetivas no que tange ao destino de cada um deles, mas diante de nós está o desafio de andar em uma das vias da bifurcação, por isso, algumas considerações do autor são interessantes e servem-nos como norte para escolhermos o caminho frente às duas teologias da dívida.

Conforme Himkelammert, a primeira é realista, a segunda ilusória e necrófila; a primeira considera a concretude da vida, a segunda torna a vida uma abstração; a primeira gera esperança, a segunda a elimina; a primeira torna-se uma espécie de pacto indesejável com o Diabo, a segunda se constitui na própria besta (1991, p. 104-107).

Andrés Torres Queiruga, autor cujas reflexões também são consideradas, nos apresenta de forma didática suas ponderações sobre a morte de Jesus e suas implicações teológicas afirmando em primeiro lugar a necessidade da morte de Jesus como morte de qualquer ser que em decorrência da existência finita perece. Para Queiruga:

Se Jesus de Nazaré não tivesse feito a experiência da morte, como poderia ter sido verdadeiramente homem? E, de igual modo, como poderia ter sido “vencida” – conforme diz o Novo Testamento – a morte? Em consequência disso, como o ser humano seria capaz de encarar com sentido, sem cair no desespero ou no ceticismo, algo tão radical e implacavelmente inevitável (1999, p. 180)?

No que diz respeito ao tipo de morte sofrida por Jesus, Queiruga enfatiza que a morte cruenta no Calvário não corresponde a determinação divina, mas sim a consequência da maldade humana. Nesses termos, ele considera:

Jesus não morre assassinado na cruz para satisfazer um princípio abstrato: pensar isso é a melhor maneira de fazer com que “perca sua eficácia a cruz de Cristo” (1 Cor 1, 17). Morre pelo choque concreto e real com os limites implacáveis da realidade, com a força do mal e do pecado. Morre condenado, não por um puro capricho ou por uma maldade absoluta e desencarnada: os que fizeram com que ele fosse morto tinham motivos muito sérios para agir assim. *Mors tua, vita mea* (“tua morte, minha vida”): tal poderia ser o resumo (QUEIRUGA, 1999, p. 182).

A partir do excerto acima podemos fazer algumas considerações. Queiruga não se interessa pelas formulações teológicas hegemônicas sobre a expiação, mas opta pela simplificação dos fatos. Jesus morreu porque assim o quiseram, os religiosos e o império. Não se trata de satisfação ao divino, mas de imposição dos humanos; não do capricho de um pai vindicativo, mas da permanência do *status quo* dos inquisidores.

A maldade humana personificada nas instituições religiosa e política, responsáveis pelo assassinato de Jesus não abstrai o amor de Jesus pelos seres humanos e a Deus, amor que o levou ao compromisso com um estilo de vida diferente até as últimas consequências. Assim, ao mesmo tempo, a cruz aponta para direções distintas, de um lado a maldade humana e do outro, o amor de Deus, expressado no filho.

Nesse sentido, para Queiruga, Deus, o pai, não pode ser o arquiteto sádico da morte do Filho por amor a humanidade, mas sim o Deus que por amor, “consente na imensa dor de tolerar a morte de seu filho” (QUEIRUGA, 1999, p. 184). A morte de Cristo, em termos humanos tornou-se inevitável, pois tudo o que vive morre, mas essa morte inevitável que poderia ter sido evitável em sua forma violenta, acaba por instruir a humanidade de maneira pedagógica quanto ao amor incondicional de Deus. Queiruga afirma que:

Sem a cruz seria muito difícil convencer o ser humano do amor de Deus, e mais ainda de seu apaixonado interesse por nos salvar. Mas a partir dela, será sempre possível dizer ao ser humano que a sua cruz tem sentido, e que a última palavra é a “salvação”. O doente, o maltratado, o pobre; o condenado, o caluniado, o incompreendido; o excomungado, o acusado de blasfêmia ou de rebeldia, o que não consegue ver o fruto do seu trabalho e de seus sonhos o que recebe

em troca incompreensão, abandono ou ódio por causa de sua entrega; o que é encarcerado, torturado ou linchado por esquadrões especiais...; todos eles têm na cruz de Cristo uma força que atua a partir das funduras do ser e da coragem, embora não se note; a partir daí chega até eles uma palavra viva, que conserva seu sentido e sua capacidade de animo e de convocação, apesar de todas as deformações, de todas as ideologias, de todos os sequestros, de todos os ocultamentos da história (1999, p. 185-186).

Queiruga reflete a morte do Cristo e seus impactos soteriológicos a partir do solo da vida. Não ignora a conjuntura que crucifica a tantos e que em decorrência dessas crucificações, ainda que metaforicamente, tende a minar a esperança. A ressurreição de Cristo tornou-se insurreição para afirmar que a partir de onde habitamos é possível caminhar utopicamente rumo ao novo céu e a nova terra.

Considerações finais

Por meio das diferentes partes que compõem a liturgia cristã, pode-se perceber que a morte sacrificial de Jesus perpassa o imaginário religioso de modo geral. As letras dos cânticos retratam a compreensão teológica da igreja quanto a morte de Jesus, de igual modo, as homilias, sobretudo, quando dialogam com o calendário litúrgico e rememoram a paixão, fazem questão de ressaltar o aspecto soteriológico da crucificação. A ceia ou a eucarística se estabelece como meio pelo qual a teologia sacrificial é constantemente endossada.

O que queremos ressaltar é o *status* de uma teologia já sedimentada no ambiente religioso, para o qual não há preocupação reflexiva quanto a possibilidade de novas abordagens. A Teologia da Expição, conforme pensamento hegemônico, tem sido “divinizada” de tal modo que novas abordagens ganham apressadamente status de heresia. Entretanto, devemos questionar se os pressupostos do pensamento escolástico que nos apresentam um Deus vindicativo, são relevantes em nosso contexto. Os autores com os quais dialogamos no presente artigo apresentam alternativas que uma vez assimiladas e aceitas como propostas substitutivas à Teologia da Expição institucionalizada, podem

reorientar inclusive a práxis da igreja cristã.

Relembramos, portanto, as contribuições de Girard e Boff para a compreensão da morte de Cristo em termos conjunturais. Para o primeiro, não se pode ignorar o sentido antropológico da morte que aponta para o resultado do constante conflito mimético que elege em prol de uma paz cínica um culpado, o bode expiatório, que causou em sua postura intransigente a celeuma social. Para Boff, essa celeuma social decorre da sua postura inarredável e comprometida para com os valores de Reino em oposição constante aos valores da religião oficial e do Império. A partir desses pressupostos conjunturais podemos repensar a Teologia da Expição.

Leonardo Boff nos apresenta um Jesus cuja vida foi integralmente sacrificial, por ter sido uma vida em serviço ao próximo e em obediência a Deus. Assim, o sacrifício de Jesus está relacionado à sua fidelidade a Deus, que se evidencia em projeto de humanização levado até as últimas consequências. A humanização demonstrada por Jesus em sua integralidade até a morte, inaugura ontologicamente a possibilidade da plena humanização dos seres humanos que, à parte de Cristo, continuariam escravizados em seus pecados, expressos no egoísmo, no individualismo, na violência etc.

A morte de Cristo se apresenta como ação solidária de Deus aos seres humanos. O Deus solidário que em sua morte, e apesar dela, ressurge para proclamar a todos que nele os próprios seres humanos encontram garantia de vida que emerge do amor e da solidariedade que as forças destruidoras não puderam conter, ou seja, a partir de Cristo e em Cristo, é possível viver resistindo as forças externas e internas que escravizam o ser, pois a solidariedade de Cristo nos alcança ontologicamente de modo que podemos afirmar a vida apesar e a despeito da morte.

Em Himkelammer, a reflexão a respeito da dívida impagável aponta para uma nova maneira de se ler os evangelhos, mais pela ótica da graça que não exige sacrifícios e menos pela ótica da lei que ao ser cumprida, atenta contra a vida que possui a dívida impagável. Essa lei é a expressão do pecado em que o demônio ganha forças exatamente na lógica que motiva o seu cumprimento. A oração do pai-nosso, bem como outras narrativas, nos apresenta o Deus que não requer nada do ser humano, a não ser o próprio ser humano em amor gratuito.

Essa gratuidade de Deus, assevera Himkelammert, deve ser o ponto de partida para ações autotranscendentes que apontem de igual modo para a gratuidade nas relações humanas, expressando, assim, a salvação espiritual que se manifesta no cotidiano da vida. Para Queiruga, a imagem vindicativa de Deus deve ser abandonada para que o Deus crucificado, mas não retido pela crucificação, seja estímulo para tantos que se sentem crucificados ao longo da existência, para estes, no horizonte escatológico a vida deve ser alimentada.

As reflexões que estabelecemos a partir dos autores apresentados apontam para a possibilidade sempre contínua do fazer e refazer teológico considerando o solo em que habitamos, sem que com isso, desconsideremos o que já foi dito. O que foi construído pelos nossos antepassados tem sua importância no tempo e no espaço, mas do ponto de vista teológico a construção é sempre inacabada, requerendo novas e constantes abordagens que apontem para diferentes percepções de Deus e da sua vontade no que concerne a salvação humana.

Que efeitos teríamos no âmbito das comunidades locais a partir de um novo paradigma da Expição? Ou da decolonização dessa epistemologia eurocentrada? Intuímos que um dos efeitos seria a desconstrução de todo um cabedal soteriológico, mas por outro lado, a reconstrução de uma práxis cristã, mais engajada e solidária, ao conceber na concretude da vida, a vontade de Deus. Vontade expressa nos dois grandes mandamentos ensinados por Jesus “amar a Deus acima de todas as coisas e ao próximo como si mesmo”, e expressa, sobretudo, em sua vida inteiramente sacrificial para gerar vida. Nessa reconstrução um novo sentido para a Teologia da Expição se apresentará.

Referências

BÍBLIA SAGRADA. Nova Almeida Atualizada. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2018.

BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BOFF, Leonardo. *Paixão de Cristo paixão do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

DIK, Leanne Van. Rumo a uma nova Tipologia das Doutrinas Reformadas da Expição. In: WELKER, Michael.; WILLIS, David (org.). *Rumo ao futuro da Teologia Reformada: Tarefas, Tópicos, Tradições*. São Paulo: Pendão Real, 2021.

COMBLIN, José. *Evangelizar*. São Paulo: Paulus, 2010.

FRANCO, Clarissa de; PANOTTO, Nicolás. *Decolonização do campo epistemológico da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões) e Teologia(s) pela via contra-hegemônica dos direitos humanos*. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, v. 35, n. 3 p. 33-54, 2021.

GIRARD, René. *Eu vi a Satanás cair como um relâmpago*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HINKELAMMERT, Franz. *Sacrifícios humanos e sociedade ocidental: Lúcifer e a Besta*. São Paulo: Paulus, 1991.

LIMBECK, Meinrad. *Adeus à morte sacrificial: repensando o cristianismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

MCKIM, Donald K. *Grandes temas da Tradição Reformada*. São Paulo: Pendão Real, 1998.

QUEIRUGA, Andrés T. *Recuperar a Salvação: Por uma interpretação libertadora da experiência cristã*. São Paulo: Paulus, 1999.

VATICANO. *Catecismo da Igreja Católica*. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/p1s2cap2_422-682_po.html. Acesso em: 20 ma2022.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Abya Yala, 2009.

Submetido em 04/11/2022

Aprovado em 02/04/2023